

## USO DA LITERATURA NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO CRÍTICO DOS EDUCANDOS

Ione Gomes da Silva<sup>1</sup>  
Ricardo Targino Pereira<sup>2</sup>  
João Pedro dos Anjos Figueirêdo<sup>3</sup>

### RESUMO

Não é de hoje que se sabe sobre a importância da leitura para a formação de seres humanos conscientes, críticos e conhecedores das diversas facetas do mundo. Quando formamos leitores estamos contribuindo para a formação de uma sociedade melhor. Toda a riqueza literária e cultural que foi e continua sendo produzida pela humanidade não pode estar acessível apenas para algumas classes privilegiadas. Sendo assim, esse artigo tem como objetivo principal apresentar como uma formação leitora pode contribuir para o desenvolvimento crítico dos alunos da EJA. Para tanto, metodologicamente foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. Verificou-se que promover uma formação leitora para os alunos da EJA ainda representa um desafio, no entanto, quando acontece a leitura de textos literários, estes podem contribuir significativamente para o desenvolvimento intelectual dos educandos da EJA, desde que possuam um caráter crítico-transformador.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Formação Leitora, Alfabetização.

### INTRODUÇÃO

Os desafios são muito grandes quando pensamos em Educação de Jovens e Adultos – EJA. Trata-se de uma modalidade de educação com muitas especificidades e que infelizmente não recebe a importância que deveria receber. O público atendido pela EJA é muito heterogêneo, ou seja, pessoas diferentes, com culturas e estilos de vida diferentes. Geralmente esses alunos já carregam consigo uma bagagem de vivências e experiências adquiridas ao longo da vida. Quando nos aproximamos deles e dialogamos, percebemos a riqueza que muitas vezes escondem em suas histórias de vida.

Calos Brandão nos diz que, “A educação deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, [...] porque educar é uma tarefa de troca entre pessoas [...]” (BRANDÃO, 2005, p.10), porém o que percebemos é que, o direito a educação que é garantido a todos pela

<sup>1</sup> Mestranda do curso de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, [ionegomes14@hotmail.com](mailto:ionegomes14@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando do curso de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, [ricardismojp@gmail.com](mailto:ricardismojp@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestrando do curso de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, [pedrodosanjos.f@gmail.com](mailto:pedrodosanjos.f@gmail.com)

constituição brasileira, muitas vezes é negado a uma parcela da população. A falta de políticas públicas e condições de vida dignas para todos de forma igualitária, são alguns dos fatores que vem contribuindo ao longo de muitos anos para aumentar o contingente de analfabetos no Brasil.

A importância desse estudo justifica-se principalmente porque os alunos da EJA na sua grande maioria são vítimas de um sistema que os oprime e exclui, e pela sua ineficiência, esse mesmo sistema não é capaz de oferecer a todos os cidadãos as mesmas condições de desenvolvimento. Essa condição de exclusão torna-se ainda mais relevante quando pensamos na questão da leitura e do acesso aos livros como um bem cultural. Isso vem sendo negado aos milhares de analfabetos que ainda existem no Brasil, e mesmo entre aqueles que frequentam a escola é possível encontrar os que ainda sofrem com dificuldades na leitura e raramente têm acesso aos livros de literatura. Nesse contexto, o objetivo central desse artigo é apresentar como uma formação leitora pode contribuir para o desenvolvimento crítico dos alunos da EJA.

Metodologicamente realizamos uma discussão teórico-reflexiva a partir de uma pesquisa bibliográfica que foi realizada com base em autores como, Saviani (2013), Santos (2009), Silva (1984), Freire (1992; 1989) entre outros. Os resultados desse estudo apontam que a leitura pode ser compreendida como uma importante ferramenta de aprendizagem ao longo da vida e de transformação crítica e reflexiva dos educandos Educação da Jovens e Adultos, no entanto, torna-se imprescindível a adoção de políticas públicas e programas com o objetivo incentivar e conscientizar escolas, alunos, e professores sobre a importância da leitura, sobretudo para os alunos da EJA. Compreendemos a leitura como um importante instrumento para a libertação e emancipação do homem. Ler contribui significativamente para o desenvolvimento crítico dos indivíduos, pois proporciona conhecimento e poder. Mas para que seja dessa forma é necessário primeiro adquirir o gosto pela leitura, e depois ler cada vez mais, para ir aos poucos adquirindo a capacidade de interpretação dos diferentes tipos de textos.

Inicialmente fizemos uma breve contextualização Histórica sobre a alfabetização de jovens e adultos no Brasil, destacando o importante papel da educação popular nesse contexto. Uma vez que, a educação popular tem o objetivo de não apenas alfabetizar os educandos da EJA, mas também de oferecer-lhes uma formação conscientizador, dessa forma, incluindo também uma formação leitora. Posteriormente, apresentamos de acordo com alguns autores, como uma formação leitora pode contribuir para o desenvolvimento crítico dos alunos da EJA.

## **METODOLOGIA**

Este estudo se apresenta como uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. De acordo com Gil (2010) esse tipo de pesquisa é realizada com base em material já publicado. E podem ser utilizados como fonte de dados materiais impressos e de meio eletrônico como livros, jornais, artigos de periódicos, teses, dissertações e etc. Para atingir o objetivo geral do estudo a pesquisa bibliografia foi realizada com base no aporte teórico de Saviani (2013), Santos (2009), Silva (1984), Freire (1992; 1989).

Continuando com Gil (2010), o autor nos diz que o estudo exploratório tem como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com determinado tema de pesquisa. A coleta de dados pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas e exames de documentos primários. É comum encontrarmos pesquisas bibliográficas, estudos de caso e pesquisas de campo que possuem cunho exploratório.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A alfabetização de jovens e adultos no Brasil: breves considerações**

A preocupação com a alfabetização de jovens e adultos não é uma coisa tão nova no Brasil. Mas inicialmente os fatores que impulsionavam as iniciativas de alfabetização, na sua grande maioria estavam relacionados as pedagogias tecnicistas, onde o único objetivo era a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Não havia preocupação com a formação integral dos indivíduos. Essa realidade começa a modificar-se com o surgimento do conceito de educação popular no sentido adotado por Paulo Freire.

De acordo com Saviani (2013) inicialmente o conceito de educação popular no Brasil, começou a ser utilizado no sentido de educação do povo, associada a ideia de instrução elementar. Ou seja, a instrução elementar que era oferecida aos adultos tinha o objetivo de alfabetizar o grande contingente de analfabetos que existiam no país para que eles tivessem direito ao voto. Pois o voto era restrito apenas para pessoas alfabetizadas. Nesse sentido, foram lançadas diversas campanhas de alfabetização.

O movimento de educação popular que emerge na década de 1960 aponta para uma direção diferente da que estava sendo seguida pelas campanhas de instrução pública. Um dos principais pontos de diferenciação está na preocupação em assegurar a participação política dos educandos a partir da tomada de consciência da sua realidade (IBIDEM, 2013). A partir

do surgimento do movimento de educação popular, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser enxergada também como um instrumento de conscientização e de libertação. Continuando com Saviani o autor nos diz que:

A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo, e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente. (IBIDEM, 2013, p. 317).

A educação popular passa a representar um projeto de educação voltada para o povo, sua cultura, sua realidade, suas especificidades. Busca a sua conscientização para uma maior participação política na sociedade. Agora o objetivo não é apenas a alfabetização das massas, mas a alfabetização dos jovens e adultos aliada a um despertar de consciência que permita ao indivíduo participar de forma ativa na sociedade.

Os anos de 1960 foram de grande efervescência para a Educação de Jovens e Adultos. Muitas iniciativas com características da educação popular foram realizadas por diferentes sujeitos, a partir de movimentos que estavam comprometidos com o real desenvolvimento e alfabetização das pessoas. Dentre esses movimentos alguns dos mais relevantes foram o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Paulo Freire foi o responsável pela organização do Plano Nacional de Alfabetização (PNL), iniciativa desenvolvida durante o governo de João Goulart. Após o golpe militar de 1964, quase todas as iniciativas educativas que visavam alfabetizar e conscientizar as pessoas através dos princípios da educação popular foram destruídas. Os responsáveis pela execução dos programas de educação popular passaram a ser considerados pelo sistema como subversivos. O próprio Paulo Freire foi exilado, mas continuou desenvolvendo seu trabalho educativo nos países por onde passou.

Durante o golpe militar a Educação de Jovens e Adultos voltou a apresentar as características que possuía inicialmente, ou seja, antes dos movimentos de educação popular. Os programas assistencialistas e conservadores voltaram a ser a marca definidora da EJA. Desta forma, o governo deu origem no ano 1967 ao Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL). O MOBRAL tinha como principal objetivo erradicar o analfabetismo do país, porém, tudo se resumia a alfabetização funcional dos alunos, ou seja, fazer com que aprendesse a ler, escrever e calcular. Não havia preocupação com a formação crítica do alunado. O MOBRAL foi extinto apenas em 1985, com a instauração da Nova República (MOURA; SERRA, 2014).

Com o advento da constituição de 1988, a Educação de Jovens e Adultos passou a receber mais atenção. Posteriormente a EJA passou a fazer parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9394/96). Esse documento estabelece em seu Art. 37º que, “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. (BRASIL, 1996).

Com a inclusão na LDB/96 a Educação de Jovens e Adultos passou a ser considerada uma modalidade de ensino. O documento estabelece que os alunos da EJA devem ser atendidos segundo seus interesses e necessidades, e que a sua formação deve ser diferente no que concerne ao trabalho realizado com as crianças (MOURA; SERRA, 2014). Em seu Art. 38º a LDB estabelece que, “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.” (BRASIL, 1996).

Sendo assim, pode-se dizer que, a LDB representou um marco legal muito importante para a Educação de Jovens e Adultos, pois esse documento aponta direcionamentos básicos que devem ser levados em consideração quando se pretende ensinar aos jovens e adultos. Ao recomendar que as práticas educativas devem ser realizadas de acordo com os interesses e necessidades desses educandos, o documento reconhece que o público da EJA é heterogêneo, tem suas próprias especificidades, e essas devem ser respeitadas para que a aprendizagem aconteça de forma satisfatória.

Após a inclusão da EJA na LDB/96, nos anos 2000 tivemos a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 01/2000 – BRASIL, 2000). Esse documento no seu Art. 5, parágrafo único incisos I, II e III enfatiza que:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. (BRASIL, 2000, p. 2).

Considerando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, compreendemos que começa a haver de fato uma preocupação em assegurar para esse público um patamar igualitário de educação. Há uma preocupação com o reestabelecimento dos direitos desses alunos. Direitos que vêm sendo alijados ao longo do tempo. Apesar das dificuldades enfrentadas cotidianamente por alunos e docentes da EJA, e de ainda existirem uma quantidade significativa de pessoas analfabetas no Brasil, é preciso

reconhecer que houveram avanços e que apesar de tudo, essa modalidade de educação conquistou alguma visibilidade.

Nessa busca por tornar a Educação de Jovens e Adultos uma modalidade educativa que não seja entendida como mero assistencialismo ou atividade compensatória, surgem as práticas pedagógicas que podem de fato contribuir para o desenvolvimento crítico dos educandos. Os alunos da EJA procuram voltar a escola movidos por diferentes objetivos e finalidades. Um desses objetivos, frequentemente, é adquirir habilidades de leitura.

Ser capaz de ler coisas simples do cotidiano, como uma placa de aviso, ou mesmo acessar um caixa eletrônico. Atividades consideradas simples, mas quando não se tem o domínio da leitura podem revelar uma certa complexidade. Aprender a ler e ter acesso a literatura de qualidade pode representar para os alunos da EJA, a possibilidade de ampliarem seus horizontes e buscarem a efetivação dos seus direitos, estimulados pelo desenvolvimento crítico proporcionado pela literatura.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Formação leitora e a Educação de Jovens e Adultos**

Não é de hoje que se sabe sobre a importância da leitura para a formação de seres humanos conscientes, críticos e conhecedores das diversas facetas do mundo. Quando formamos leitores estamos contribuindo para a formação de uma sociedade melhor. Toda a riqueza literária e cultural que foi e continua sendo produzida pela humanidade não pode estar acessível apenas para algumas classes privilegiadas.

Todos têm direito a ter acesso ao conhecimento que vem sendo produzido pela sociedade ao longo dos séculos. Todos têm o direito de aprender a apreciar a leitura de um livro, assim como têm o direito de se expressar através da escrita e construir os seus próprios textos. Mas conforme (SANTOS, 2009, p. 38) “Por mais que estejamos avançando, os níveis de compreensão leitora ainda são baixíssimos e o número de leitores, idem. Daí o acesso ao livro e a formação leitora ser um direito básico de cidadania, de inclusão social e de desenvolvimento.” Sendo assim, o acesso do educando da EJA a uma formação leitora é apenas a garantia de um direito básico de cidadania, que a escola deve proporcionar.

A literatura é uma das mais belas criações dos seres humanos. Um livro guarda dentro de suas páginas inúmeras possibilidades de descobertas, viagens a lugares que nunca conhecemos ou que ainda pretendemos conhecer. A leitura é uma forma de compreendermos

a realidade, a nossa própria e a dos outros. Ler é dar asas a imaginação e aumentar a nossa capacidade de sonhar. Ao mesmo tempo em que vamos sendo preparados para lidar criticamente com o mundo vamos também desenvolvendo nossa sensibilidade, nossa inteligência emocional e dessa forma nasce o ser leitor. Conforme aponta Silva:

A leitura se manifesta, então, como a experiência resultante do trajeto seguido pela consciência do sujeito em seu projeto de desvelamento do texto. É essa mesma experiência (ou vivência dos horizontes desvelados através do texto) que vai permitir a emergência do ser leitor (SILVA, 1984, p. 95).

Desta forma compreendemos a leitura e o acesso à literatura como um direito inalienável dos educandos da Educação de Jovens e Adultos. A leitura de textos literários pode contribuir significativamente para o desenvolvimento intelectual desses educandos, mas vale salientar que essa leitura deve ter um caráter crítico-transformador e não apenas memorístico, conforme nos diz Freire (1992, p. 41) “A Educação de Jovens e Adultos deve ser pensada como um processo permanente, devendo ter a leitura crítico-transformadora, contrário a leitura de caráter memorístico”.

A leitura crítico-transformadora conforme apontada por Freire, é um dos fatores de diferenciação que existem entre a educação libertadora e a educação bancária, onde o educando é enxergado apenas como um receptáculo vazio a ser preenchido. E sendo assim, o único tipo de leitura que chega até eles, é uma leitura de caráter memorístico, acrítica e que não desperta o gosto pela leitura e nem contribui com o processo de alfabetização. Pelo contrário, acaba afastando-os cada vez mais dos livros, e conseqüentemente de uma importante ferramenta de emancipação do homem.

Soares (2004, p, 25), enfatiza que: “ao povo permite-se que aprenda a ler, não se lhe permite que se torne leitor”. É notório que o acesso das classes populares a leitura e aos livros é mais difícil. Muitos são os fatores que contribuem para que isso aconteça. Mas se por alguns momentos voltamos os olhos para as possibilidades e deixamos as dificuldades um pouco de lado, percebemos assim como Paulo Freire, que é possível uma prática pedagógica diferente.

Se enxergamos a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade educativa que encontra-se intrinsecamente relacionada com a garantia dos direitos humanos, uma vez que o objetivo da mesma é assegurar a educação para aqueles que por alguma razão não puderam frequentar a escola, compreendemos que oferecer uma formação leitora para esses educandos é também garantir-lhes o acesso aos direitos humanos.

Em sua obra a importância do ato de ler, Paulo Freire escreve que, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra [...] a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica

implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. (FREIRE, 1989, p. 9). Nesse sentido para que os alunos da EJA sejam capazes de fazer uma leitura crítica do mundo e da palavra, é necessário que o processo de alfabetização e de pós-alfabetização seja acompanhado por uma formação leitora.

A leitura rigorosa do mundo tornasse elemento chave para que o educando possa fazer a leitura da palavra. E além de textos literários é importante estimular os próprios alunos da EJA a escreverem os seus próprios textos, de acordo com Freire:

O problema que se coloca não é o da leitura da palavra, mas o de uma leitura mais rigorosa do mundo, que sempre precede a leitura da palavra. Se antes raramente os grupos populares eram estimulados a escrever seus textos, agora é fundamental fazê-lo, desde o começo mesmo da alfabetização para que, na pós-alfabetização, se vá tentando a formação do que poderá vir a ser uma pequena biblioteca popular, com inclusão de páginas escritas pelos próprios educandos. (FREIRE, 1989, p.19)

Desta forma é interessante que os alunos da EJA tenham acesso a diversos tipos e gêneros literários, mas também é de fundamental importância que esses se desenvolvam e venham a produzir seus próprios textos, sua própria literatura de acordo com sua realidade, sua cultura. Escrevendo suas próprias histórias e experiências, adquirindo o prazer de ler e de escrever. Ler por prazer é sem dúvida o melhor caminho para a realização de uma aprendizagem contínua, pois a cada texto, conto, poesia, romance ou cordel que foi lido, os alunos da EJA vão ampliando seu conhecimento do mundo.

A quinta Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEIA), realizada em Hamburgo em 1997, veio nos falar sobre o direito de todos a uma educação continuada ao longo da vida. Ou seja, é preciso enxergar a EJA inserida em um processo de educação continuada ao longo da vida, afinal, enquanto seres humanos estamos sempre em processo de aprendizagem, nunca deixamos de aprender. Nesse sentido, e como dito anteriormente, a leitura pode ser compreendida como uma importante ferramenta de aprendizagem ao longo da vida, e de transformação crítica e reflexiva dos educandos EJA.

O reconhecimento do “Direito a Educação” e do “Direito de Aprender por Toda Vida” é, mais do que nunca, uma necessidade: é o direito de ler e de escrever; de questionar e de analisar; de ter acesso a recurso e de desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas. (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1997, p. 24).

Desta feita o direito de ler e de escrever e o direito de aprender por toda vida são inseparáveis, pois não há como haver aprendizagem por toda vida se os sujeitos não forem capazes de ler o mundo através da palavra. Não há como pensar em uma sociedade igualitária e justa se nela não houverem leitores. A transformação social tão almejada por todos que



defendem um mundo melhor para viver, dificilmente será alcançada se a educação de qualidade e continua não for assegurada para todos os cidadãos, crianças, jovens, adultos e idosos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os educandos jovens e adultos não podem ter a sua leitura limitada a textos de caráter “memorísticos”, conforme ressalta Freire. Se quisermos que eles desenvolvam uma consciência crítica a respeito do mundo em que vivem, e adquiram a capacidade de decodificação, é importante ter contato com uma diversidade de leituras. Com a prática constante da leitura é natural que esses alunos comecem a estabelecer relações entre o que estão lendo e o que acontece ao seu redor, no seu país ou no mundo. É isso que a leitura faz com os indivíduos, torna-os conscientes e autônomos.

Certamente os desafios são grandes quando pensamos na relação entre a EJA, a leitura, a escola pública, e os professores. Os alunos na sua grande maioria não têm o hábito de ler, outros talvez nunca tiveram contato com livros de literatura. A escola pública não oferece incentivos para torná-los leitores, ao contrário, muitas vezes os livros ficam trancafiados empoeirados em bibliotecas. E os professores quase nunca possuem capacitação adequada para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos.

Como foi dito anteriormente ao longo do texto, a leitura se representa como uma ferramenta importante para a emancipação do homem. Deste modo é fundamental que todos tenham acesso a ela, é um direito inquestionável. Mas acreditamos que para que esse direito seja garantido de fato aos alunos da EJA, é imprescindível a adoção de políticas públicas e programas com o objetivo incentivar e conscientizar escolas, alunos, e professores sobre a importância que a leitura possui para o desenvolvimento do homem e da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº. 1/2000, de 3 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Brasília: 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2005

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 37 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. Ed. Atlas. São Paulo: 2010.

MOURA, Vera Lucia Pereira; SERRA, Maria Luiza A. A. **Educação de Jovens e Adultos:** as contribuições de Paulo Freire. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação a distância *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos (EJA), pela Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2014.

SANTOS, Fabiano. Agentes de Leitura: Inclusão social e cidadania cultural. In: SANTOS, Fabiano dos; NETO, José Castilho Marques; ROSING, Tânia. M. K. (ORGs). **Mediação de leitura:** discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Declaração de Hamburgo sobre Educação de adultos – V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos/ V CONFINTEA. Hamburgo: 1997.

SILVA, E. T. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SOARES, M. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da; ZILBERMAN, Regina. Leitura: perspectivas interdisciplinares. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 18-29.